

## RESENHA

LOURENÇO, L. A. B. *O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX)*. Uberlândia: EDUFU, 2010.

Paulo Irineu Barreto Fernandes

Professor de Filosofia da IFTM - CGE/Campus Uberlândia  
Doutorando do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da UFU.  
Uberlândia/MG – Brasil  
pauloirineu@bol.com.br

Resenha recebida para publicação em 31/03/2011 e aceita para publicação em 08/07/2011.

O livro “*O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX)*” é a publicação, com adaptações, da tese de doutoramento do Professor Luís Augusto Bustamante Lourenço, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo (2005). Nele, o autor apresenta o panorama histórico-geográfico no qual se constituiu, nos aspectos político e sócio-econômico, a região do Triângulo Mineiro, no extremo oeste do Estado de Minas Gerais.

Em uma breve apresentação, o autor descreve os objetivos do trabalho. Entre os quais se destacam: entender a natureza da transição que tornou possível o surgimento do Triângulo Mineiro, enquanto região e defender a possibilidade de construção de um modelo de análise geográfica fundamentado na noção de formação sócio-espacial.

O primeiro capítulo, sobre a formação territorial, aborda as mudanças ocorridas no território que culminaram com a formação do Triângulo Mineiro. Ou seja, a transição de sertão para região. Ao tecer considerações sobre a noção de região, o autor destaca a maneira como, a partir do século XVIII, o recorte territorial, e das comarcas, passou a ser feito de maneira administrativa e não mais cultural ou econômica.

Segundo Lourenço, o marco decisivo para a existência futura do que denominamos, hoje, “Triângulo Mineiro”, foi a descoberta das minas do Paracatu. Em 1744, o que acarretou uma nova divisão territorial que, em 1815, passou a ser a Comarca de Paracatu, à

qual, no ano seguinte, foram anexados os julgados do Desemboque e Araxá.

Em 1834, a aprovação do Ato Adicional à Constituição conferiu maior autonomia às províncias, que passaram a contar com as Assembleias Legislativas e, desde então, as comarcas passaram a ser criadas por leis provinciais. Nos últimos anos do século XIX, a mudança da nomenclatura pejorativa “Sertão da Farinha Pobre” para a nova nomenclatura “Triângulo Mineiro”, ocorrida com a chegada dos trilhos da Mogiana e com a Proclamação da República, não só estava alinhada com os novos tempos, mas também, como bem observa Lourenço, reflete o lema do momento: “Ordem e Progresso”. O destaque regional, naquele período, foi a cidade de Uberaba, importante centro mercantil que ainda contava com outra vantagem geográfica: estava localizada na intersecção que ligava Mato Grosso, e o próprio Triângulo, à região central de Minas e Rio de Janeiro; e a Estrada dos Goias, que unia Goiás a São Paulo.

No segundo capítulo, sobre a rede urbana, o professor Luís Bustamante, após considerações a respeito do conceito de cidades-polo, seguida de uma análise de um modelo para a história das redes urbanas, parte para o estudo da centralidade da cidade de Uberaba, a partir da década de 1830. Um dos fatores que contribuíram ainda mais para fortalecer a centralidade da cidade, foi a implantação da primeira agência postal da Farinha Podre, no ano de 1857, o que obrigava as populações vizinhas a se deslocarem até lá, quando chegavam os malotes.

Segundo Lourenço, a primazia de Uberaba teve o seu fim entre 1889 e 1897, com a chegada dos trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que deu um novo aspecto à região. Com a chegada dos trilhos a Uberabinha (Uberlândia) e Araguari, a cidade de Uberaba passou a compartilhar a sua centralidade. A chegada da ferrovia, além disso, selou o destino do Triângulo: área de abastecimento das regiões mais dinâmicas do país. Entre os fatores impulsionados no momento, destaca Lourenço, encontram-se a opção pela criação de gado Zebu, importado da Índia e a industrialização do algodão produzido na região. Além disso, merece destaque o fato de que a região estava, definitivamente, mais ligada a São Paulo do que ao próprio interior e centro do Estado das Minas Gerais. Junto com os trilhos da Mogiana, chegaram os fios telegráficos, o que transformou o Triângulo em uma rede de múltiplos circuitos, ao final do século XIX.

No terceiro capítulo, sobre a posse da terra, Lourenço, estabelecendo um percurso do geral para o particular, faz uma análise da questão fundiária no Brasil do século XIX, para depois adentrar na questão fundiária no Triângulo, no mesmo período. Segundo o autor, a estrutura fundiária brasileira foi resultado de combinações entre grandes domínios e pequenas posses. Destacam-se, nas primeiras décadas do século XIX, a expansão das áreas de abastecimento interno e o crescimento demográfico, fazendo com que a demanda por terras aumentasse em grande parte do país. Acrescente-se a isto, as pressões vindas da Inglaterra contra o tráfico negreiro. O fim do tráfico só de seu em 1850, juntamente com a aprovação da Lei de Terras, projeto que restringia o acesso dos trabalhadores livres à terra, forçando-os a trabalhar para os fazendeiros. Lourenço alerta para o fato de que a Lei de Terras fracassou no que se refere à instituição de uma forma moderna de propriedade fundiária, mas teve êxito ao estimular a imigração. Quanto à realidade do Triângulo Mineiro, no final da década de 1880, destacam-se, segundo Bustamante, três mudanças estruturais significativas, no que se refere à questão fundiária, duas de âmbito nacional e outra de caráter local: a abolição da escravatura e o advento da República e, no âmbito local, a chegada da estrada de ferro Mogiana.

Para analisar a maneira como estes fatos agiram sobre a economia rural e a estrutura fundiária

da região, Lourenço parte do quadro geral da posse e uso do solo anterior a 1880. Um dos pontos observados pelo autor foi o fato de ter havido inflação no país, sobretudo no preço da terra nos primeiros anos da República, em virtude da política de desvalorização cambial. Este fato, no entanto, não impediu a ampliação dos negócios com terras neste período. A modernização própria do final do século XIX (telégrafo, trem de ferro, dentre outros) ainda se deparava com um elemento que impedia a transição definitiva para o sistema capitalista: a dependência da escravidão e o forte apego à mesma, por parte dos grandes latifundiários.

No quarto capítulo, escravidão e trabalho livre, Lourenço estabelece, a princípio, um panorama da dependência e apego que os grandes proprietários de terra nutriam pela escravidão. O destaque é para o Congresso Agrícola de 1878, no Rio de Janeiro, no qual os fazendeiros mineiros expressaram forte inquietação diante da possibilidade do fim da escravidão. O autor identifica três fatores conclusivos no que se refere aos últimos anos da escravidão no Triângulo Mineiro: uma população cativa menor do que a existente em outras partes da província; capacidade reduzida de importação de escravos e aumento do tráfico para Uberaba, no final da década de 1880, em virtude do crescimento econômico e do *boom* cafeeiro em São Paulo. A transição para o trabalho livre, no entanto, era inevitável e demandava um substituto para o braço escravo, papel que coube ao imigrante.

Digna de nota é a análise feita por Lourenço deste período da História e da Geografia do Triângulo, no que se refere à transição do trabalho escravo para o trabalho livre, tema ainda pouco explorado pelos pesquisadores, segundo o próprio autor. Destaca-se, neste momento, o papel exercido pelos “jornaleiros” (ou “camaradas”, citados por Saint Hilaire durante sua passagem na Farinha Podre), trabalhadores que ofereciam serviços aos proprietários de terra em troca de pagamento diário. Merece destaque também, sobre este período, o trabalho de autores citados por Lourenço, como Douglas Libby e Ana Lúcia Lanna. O cenário acima, somado a alguns empreendimentos capitalistas e à chegada da Mogiana, influenciaram, segundo o autor, a organização de unidades produtivas que abriram as portas para o modelo capitalista.

No quinto capítulo, sobre a fazenda mineira, o professor Luís Bustamante, retornando ao final do século XVIII, caracteriza a *fazenda mineira*, marcada, por um lado, pela redução dos custos de produção e, por outro, pela busca de flexibilidade diante de mudanças conjunturais de mercado e segurança nos períodos de retração. Constituíam também a fazenda mineira: a indústria, em sentido lato, ou seja, a presença da manufatura artesanal (com destaque para a fiação e a tecelagem), os moinhos e os engenhos de cana, ainda dependentes da força humana e animal.

Nas primeiras décadas do século XIX, com a instalação da Corte Portuguesa no Brasil, em 1808, com a Independência, em 1822, e com a expansão da cafeicultura pelo interior fluminense, a partir de 1830, a província do Rio de Janeiro viveu um processo de desenvolvimento muito rápido (de 80 mil para 274 mil habitantes em cerca de 70 anos) e passou a ser um grande mercado para a produção de alimentos de Minas Gerais. Tornando-se parte da rede de abastecimento formada desde então, o Triângulo Mineiro passou a ser um grande fornecedor de gado bovino para o Rio de Janeiro e região, chegando esta a ser a principal forma de realização do excedente gerado na região. Lourenço, citando Bergard, informa que uma estimativa de 1855 indicava que 5.000 cabeças de gado, 7.000 porcos e 4.000 couros eram enviados anualmente de Araxá, Uberaba e Patrocínio para o Rio de Janeiro.

A chegada dos trilhos da Mogiana, no final do século XIX, fez aumentar a acumulação no Triângulo e também possibilitou o escoamento dos excedentes produzidos na província de Goiás. Os destaques agora, segundo Lourenço, ficam também com o avanço da cafeicultura em terras triangulinas, principalmente em Sacramento e Uberaba e a introdução do gado Zebu, na década de 1890, trazendo uma importante inovação pecuária para a região. Apesar de todos os avanços, o autor conclui o capítulo atestando a falta de inovações nas técnicas de manejo agrícola.

No sexto e último capítulo, sobre o espaço urbano, Lourenço avalia, inicialmente, a situação urbana da cidade de Uberaba, que, segundo o autor, ainda exibia, no início da década de 1870, paisagens urbanas típicas das aglomerações sertanejas do Brasil colonial, centradas na religiosidade: adro retangular no centro, dominado por Igreja e ladeado por edificações de taipa ou adobe e arruamento perpendicular. Este

cenário repetia-se em localidades como Patrocínio, Araxá, Pium-í, dentre outras. O autor, citando Braudel, destaca a integração entre os ambientes rural e urbano das cidades da América colonial, em geral, e brasileiras, em particular. Esta integração torna difíceis e controversos todos os critérios de definição e separação entre população urbana e rural.

Ao abordar a evolução urbana no Triângulo Mineiro do final do século XIX, Lourenço parte de uma análise mais geral, citando Murilo Marx, ao falar do processo de laicização do espaço urbano vivido no Brasil, nesse período. Entre os exemplos citados pelo autor, destaca-se a perda da condição de capital da província sofrida por Ouro Preto, cidade colonial, para a republicana Belo Horizonte, em 1897. Surgia uma urbanização mais racional, que transformava a terra e o espaço em valor. Nas cidades do Triângulo Mineiro aconteceram eventos semelhantes. O destaque é para a maneira como a chegada da Mogiana, nas cidades de Uberaba, Uberabinha (Uberlândia) e Araguari, definiu os traços da centralidade urbana, modificando eixos anteriormente traçados. Recorrendo aos testemunhos dos memorialistas e aos inventários *post mortem*, Lourenço realiza uma análise bem profunda da urbanidade da cidade de Uberaba.

Nas considerações finais, Luis Bustamante Lourenço conclui que na transição para a ordem capitalista, a região do Triângulo Mineiro apresentou tanto modernização, nas esferas viária, técnica e urbana; quanto sinais de estagnação, no que se refere, sobretudo, à questão fundiária e a uma maior concentração de riqueza nas fortunas não capitalistas. Ou seja, a elite se manteve tradicional quanto a manter o seu prestígio e domínio e soube realizar as mudanças necessárias para garantir a reprodução do *status quo*. O autor conclui o texto transferindo para trabalhos futuros o estudo das consequências, no século XX, desta modernização conservadora. Será o prenúncio de uma próxima pesquisa?

Cabe ainda, nesta resenha, uma referência à riqueza documental, estatística e bibliográfica do texto. Enfim, todos os elementos aqui abordados, somadas ao aprofundamento nos temas e à originalidade da pesquisa, tornam obrigatória a leitura do livro, tanto para pesquisadores, quanto para os interessados pela História, Geografia e Cultura do Triângulo Mineiro.